

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO BALANÇO DE GOVERNO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

# 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Balanço Geral do Município de Novo Santo Antônio integra a prestação de contas anual do Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio e representa a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos atos de gestão realizados pelas entidades que integram o orçamento fiscal.

O Município de Novo Santo Antônio é pessoa jurídica de direito público, tendo a sede do governo situada na Avenida 29 de Setembro, S/Nº - Centro – Novo Santo Antônio – MT.

As atividades operacionais, no exercício, do Município de Novo Santo Antônio são amparadas pela Lei Municipal n. 472/2021 de 08 de dezembro de 2021 (Plano Plurianual 2022/2025), Lei Municipal n. 534/2023, de 30 de julho de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2024), Lei Municipal n. 544/2023 de 29 de dezembro de 2023 (Lei Orçamentária Anual 2024) e pelas legislações que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2024.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município de Novo Santo Antônio foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei n. 101, de 4 de maio de 2000, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com base nos dados extraídos do Sistema Betha, desenvolvido pela empresa Betha Sistemas, e incluem os dados da execução orçamentária, financeira e patrimonial das administrações direta da Prefeitura Municipal e dados extraídos via relatórios físicos enviados pela Câmara Municipal de outro sistema de gerenciamento de dados, conforme oficio Nº 49/2025/CMNSA do dia 23 de abril de 2025, enviado juntamente com as contas anuais impressas pela Câmara Municipal, sendo assim, toda consolidação é feita de forma manual e arcaica.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Todos esses relatórios contábeis referem-se ao exercício financeiro de 2024, coincidindo com o ano civil, ou seja, 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

#### 2 - RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O Município de Novo Santo Antônio adota o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e toda a contabilização das receitas e despesas é feita pelo regime de competência. As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda oficial do país e as disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. Os rendimentos, atualizações e ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Os estoques são demonstrados ao custo histórico de produção, aquisição



ou valor de mercado já o ativo imobilizado é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção.

# 3 - INFORMAÇÕES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e suas notas explicativas representam o exercício fiscal de 2024 e são apresentadas em valores expressos em reais e atendem as normas e legislações vigentes.

O Balanço de Governo do Município de Novo Santo Antônio é composto por:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais.

Também fazem parte do Balanço Geral de Governo:

- Cadastro dos responsáveis;
- Parecer técnico conclusivo emitido pelo controle interno sobre as contas;
- Pronunciamento expresso e indelegável do gestor sobre as contas anuais e sobre o parecer do controle interno;
- Relatório contendo os valores da receita efetivamente renunciada no exercício, decorrentes dos benefícios fiscais concedidos;
- Anexos: 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16 e 17 da lei Nº 4.320/64
- Cópia das leis autorizativas de contratação de divida
- Relação dos restos a pagar inscritos no exercício, discriminando processados e não processados, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;
- Relação dos restos a pagar pagos no exercício, com número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;
- Relação dos restos a pagar cancelados no exercício, em ordem sequencial de número de empenhos/ano, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários;
- Justificativa dos cancelamentos dos restos a pagar;
- Demonstrativo analítico das ocorrências relativas às execuções fiscais iniciadas no exercício;
- Demonstrativo da dívida consolidada líquida;
- Demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar;
- Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão;
- Demonstrativo das despesas contraídas nos dois últimos quadrimestre, identificando as liquidadas, não liquidadas, em ordem sequencial de número de empenhos, discriminando a classificação funcional programática, as respectivas dotações, valores, datas e beneficiários.



## 4 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Nele, as receitas são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicia, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. As despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

# 5 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, constituindo-se, assim, em peça básica para a demonstração da gestão financeira do ente.

#### 6 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

# 7 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade durante o exercício e indicará o resultado patrimonial do exercício. As alterações evidenciadas serão as resultantes da execução do orçamento anual e as ocorridas independente da execução orçamentária. O resultado patrimonial é apurado na DVP pelo confronto das variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o resultado apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

# 8 - NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇOES CONTÁBEIS

### 8.1 BALANÇO PATRIMONIAL\*

#### 8.1.2 Créditos a Curto e Longo Prazo

- Curto Prazo: No exercício de 2024 foram registrados R\$ 699.637,20 em créditos a curto prazo, compostos principalmente por valores a receber de contribuintes e transferências a realizar.
- **Longo Prazo:** Os créditos realizáveis a longo prazo totalizaram R\$ 1.536.179,38, representando créditos parcelados e de recuperação futura.



### 8.1.3 Imobilizado e Intangível

- O imobilizado totalizou R\$ 76.291.978,26, composto por bens móveis, imóveis, máquinas, equipamentos e obras em andamento.
- O município não possui registro de ativos intangíveis no exercício de 2024.
- Os ganhos e perdas decorrentes da baixa de bens do imobilizado são reconhecidos no Resultado Patrimonial e evidenciados nesta Nota Explicativa.

### 8.1.4 Políticas Contábeis – Depreciação, Amortização e Exaustão

- A entidade adota as políticas contábeis estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP/STN).
- A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica de cada bem, conforme tabela oficial.
- A amortização é aplicada aos ativos intangíveis (quando houver) e a exaustão em recursos naturais.
- Anualmente é realizada a revisão da vida útil e do valor residual dos itens do ativo imobilizado, ajustando-se, quando necessário, os cálculos de depreciação/amortização.
- A depreciação do exercício é reconhecida no resultado patrimonial, contra uma conta retificadora do ativo.

### 8.1.5 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

- Curto Prazo: R\$ 254.533,29 em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, incluindo salários e encargos sociais.
- Longo Prazo: R\$ 1.683.762,13, referentes a compromissos previdenciários e assistenciais de caráter continuado.

#### 8.1.6 Provisões

 As provisões a curto e longo prazo registram obrigações de natureza trabalhista e previdenciária. O município adota critérios de mensuração de acordo com a legislação vigente e normativos contábeis do setor público.

#### **8.1.7** Ativos e Passivos Contingentes

- Os atos potenciais ativos somaram R\$ 914.671,96, correspondentes a direitos contratuais em execução.
- Os atos potenciais passivos totalizaram R\$ 47.798.259,04, relacionados a obrigações contratuais.
- Esses saldos não impactam diretamente o resultado do exercício, sendo evidenciados em contas de controle patrimonial.

#### 8.1.8 Evidenciação de Ganhos e Perdas

 Ganhos e perdas decorrentes da alienação ou baixa de bens do ativo imobilizado são reconhecidos no resultado patrimonial no momento da ocorrência, conforme exigido pelo MCASP/STN.

<sup>\*</sup> Ver Item 11, Anexo 14



### 8.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### 8.2.1 Comparação da Realização da Receita Prevista com a Realizada

RECEITAS (EXCETO	PREVISÃO	REALIZADA	SALDO (C)	% (B/A)
INTRAORÇAMENTÁRIAS)	ATUALIZADA	<b>(B)</b>	(A - B)	
	(A)			
Receitas Correntes (I)	29.584.437,00	38.331.118,49	8.746.681,49	129,57%
Tributárias	1.316.644,00	1.824.502,69	507.858,69	138,57%
Contribuições	699.200,00	2.131.805,62	1.432.605,62	304,89%
Patrimonial	72.500,00	1.034.041,05	961.541,05	1426,26%
Serviços	1.500,00	2.778,99	1.278,99	185,27%
Transferências Correntes	27.474.793,00	33.282.660,64	5.807.867,64	121,14%
Outras Receitas Correntes	19.800,00	55.6329,50	35.529,50	2809,74%
Receitas De Capital (II)	3.425.900,00	6.950.612,82	3.524.712,82	202,88%
Transferências De Capital	3.425.900,00	6.950.612,82	3.524.712,82	202,88%
Outras Receitas De Capital	-	-	-	-
TOTAL (I + II)	33.010.337,00	45.281.731,31	12.271.394,31	137.93%

#### 8.2.2 Receitas Orçamentárias

A previsão inicial de receitas fixada na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 33.010.337,00, permanecendo inalterada após atualizações. As receitas realizadas totalizaram R\$ 45.281.731,31, resultando em um excesso de arrecadação de R\$ 12.271.394,31 em relação à previsão inicial.

Não foram registradas receitas intraorçamentárias relevantes que impactassem o resultado.

### 8.2.3 Despesas Orçamentárias por Tipo de Crédito

A dotação inicial das despesas foi de R\$ 33.010.337,00, sendo atualizada para R\$ 50.467.730,67, contemplando créditos suplementares e créditos abertos com base em superávit financeiro.

Despesas empenhadas: R\$ 46.873.616,80
Despesas liquidadas: R\$ 44.062.044,67
Despesas pagas: R\$ 43.740.768,48
Saldo da dotação: R\$ 3.594.113,87

Não foram abertos créditos extraordinários.

### 8.2.4 Superávit Financeiro e Reabertura de Créditos

Durante o exercício de 2024, foram abertos créditos adicionais no montante de R\$ 8.513.630,61 com base no superávit financeiro apurado no exercício anterior, dos quais R\$ 5.874.006,34 foram empenhados.

Não houve reabertura de créditos especiais ou extraordinários. Tais operações impactaram diretamente na ampliação das dotações orçamentárias e na execução da despesa do exercício.



#### 8.2.5 Atualizações Monetárias da Receita

As previsões iniciais de receita refletem valores já atualizados conforme autorizações legais até a data de publicação da LOA, inexistindo alterações posteriores por atualização monetária.

#### 8.2.6 Restos a Pagar

- O Município adota o procedimento de manter o controle separado dos Restos a Pagar Não Processados Liquidados.
- O montante total inscrito em Restos a Pagar Não Processados em 31/12/2024 foi de R\$ 4.099.488,45, dos quais R\$ 3.826.107,05 foram liquidados, restando saldo de R\$ 440.408,81.
- Quanto aos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, o total inscrito foi de R\$ 276.975,50, com pagamentos no valor de R\$ 236.856,03 e saldo final de R\$ 72.991,47.

#### 8.2.7 Recursos de Exercícios Anteriores

Além do superávit financeiro utilizado para abertura de créditos adicionais, não foram registrados outros recursos de exercícios anteriores vinculados ao RPPS ou a destinações específicas para financiamento das despesas do exercício.

# 8.2.8 Movimentação Financeira e Resultado Orçamentário

A execução orçamentária de 2024 resultou em um déficit orçamentário de R\$ 3.594.113,87, apurado pela diferença entre receitas realizadas e despesas empenhadas.

Foram observadas transferências financeiras correntes e de capital, em especial da União e do Estado, que representaram parcela significativa da receita municipal.

#### 8.3 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia os valores dos ingressos orçamentários e extraorçamentários em confrontação com os desembolsos orçamentários e extraorçamentários, classificados em recursos ordinários e vinculados, apresentando os saldos das disponibilidades financeiras do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No exercício de 2024, o Balanço Financeiro apresentou a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	45.281.731,31
Ordinária	34.865.627,19
Vinculada	10.416.104,12
(-) DEDUÇÕES DE RECEITA	- 6.223.690,96
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.866.029,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	7.977.893,76
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	13.628.953,23
TOTAL	68.754.607,30

<sup>\*</sup> Ver Item 09, Anexo 12



# 8.3.1 Receitas Orçamentárias Líquidas de Deduções

A Receita Orçamentária Bruta realizada no exercício de 2024 totalizou R\$ 45.281.731,31 e sobre este montante incidiram deduções de receita, correspondentes principalmente a transferências constitucionais e legais, que totalizaram R\$ 6.223.690,96, conforme demonstrativos anexos. Assim, a Receita Orçamentária Líquida do exercício perfaz o valor de R\$ 39.058.040,35.

#### 8.3.2 Deduções da Receita Orçamentária

As deduções da receita orçamentária estão detalhadas por fonte/destinação de recursos, sendo compostas por:

DEDUÇÃO	VALOR	FONTE/DESTINAÇÃO
(-) Cota Parte FPM	R\$ 2.575.622,45	00.01.0500
(-) Cota Parte ITR	R\$ 49.256,18	00.01.0500
(-) Cota-parte do ICMS:	R\$ 3.572.204,04	00.01.0500
(-) Cota-parte do IPVA	R\$ 26.608,29	00.01.0500

#### 8.3.3 Apresentação em Quadros Anexos

Os valores das deduções foram evidenciados em demonstrativos auxiliares, garantindo a transparência e permitindo a adequada conciliação com os valores líquidos de receita apresentados no Balanço Financeiro.

### 8.4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	VALOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	53.391.009,63
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	1.849.107,62
Contribuições	243.606,97
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.034.041,05
Transferências e Delegações Recebidas	50.258.468,71
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.785,28
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	39.694.508,00
Pessoal e Encargos	16.263.395,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	14.274.329,88
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	137.109,14
Transferências e Delegações Concedidas	8.565.231,69
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	454.441,30
RESULTADO PATRIMONIAL	13.696.501,63

<sup>\*</sup> Ver Item 10, Anexo 13



#### 8.4.1 Base Normativa

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. A presente Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi elaborada em conformidade com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente o art. 50, inciso VI, bem como em atendimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

# 8.4.2 Evidenciação da Origem e do Destino dos Recursos Provenientes de Alienação de Ativos

Durante o exercício de 2024, não foram registrados ingressos de recursos oriundos de alienação de ativos permanentes que impactassem de forma relevante o resultado patrimonial do Município de Novo Santo Antônio.

Os recursos contabilizados como "Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos", no montante de R\$ 5.785,28 (Exercício Atual), referem-se a ajustes patrimoniais decorrentes de baixa de obrigações e não a alienações de bens.

Assim, não houve ingresso de recursos de alienação de bens móveis ou imóveis no período. Consequentemente, não se verificou destinação específica vinculada a tais operações, em conformidade com o art. 50, VI da LRF.

### 8.4.3 Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas

O Município apresentou crescimento significativo nas Transferências Intergovernamentais Recebidas, que passaram de R\$ 38.294.422,17 em 2023 para R\$ 48.345.163,07 em 2024, representando a principal fonte de variações patrimoniais aumentativas.

Por outro lado, as **Transferências Concedidas** totalizaram R\$ 8.565.231,69 em 2024, majoritariamente para execução de programas intergovernamentais.

#### 8.4.4 Resultado Patrimonial do Exercício

O Resultado Patrimonial do Período foi superavitário em R\$ 13.696.501,63 (treze milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e um reais e sessenta e três centavos), contra R\$ 5.389.003,53 no exercício anterior, evidenciando melhoria significativa da posição patrimonial líquida do Município.

\* Ver Item 12, Anexo 15

#### 9 - CONCLUSÃO

O presente relatório de Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do Município de Novo Santo Antônio, dessa forma, as notas explicativas, em conjunto com as demonstrações apresentadas, asseguram a transparência, a fidedignidade e a conformidade das informações contábeis, permitindo aos usuários o acompanhamento da gestão fiscal e



patrimonial do Município de Novo Santo Antônio, em estrita observância às normas do Conselho Federal de Contabilidade e da Secretaria do Tesouro Nacional..

Novo Santo Antônio-MT, em 27 de agosto de 2025

RAFAEL ALVES DANTAS

Contador da Prefeitura de Novo Santo Antônio – MT CRC/MT 019594/O-1